

O Programa de Alfabetização e Aceleração Escolar (PAAE) no setor privado em Angola: o primeiro impacto interno de uma empresa

Carolina Mendes*

P. 73-87

1. Introdução

Numa altura em que se reflete sobre as razões da não concretização dos Objetivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM) na sua totalidade até 2015, entre outras razões, devido às metodologias usadas para a sua concretização e à crise económica e financeira que se faz sentir a nível global, questiona-se o papel e as possíveis mudanças na Ajuda Internacional para o Desenvolvimento (AID)¹ e na arquitetura da Cooperação para o Desenvolvimento (CD)², pois “(...) a mudança significativa passa da eficácia da ajuda para a eficácia do desenvolvimento, sendo que a ajuda é apenas uma parte das estratégias e agora faz-se necessário aumentar o foco e atenção da ajuda para os desafios da eficácia do desenvolvimento (...)” (Baptista, 2012, s.p.). Colocam-se em causa formas tradicionais de parcerias Norte-Sul onde, respetivamente, se encontram os países desenvolvidos e países em desenvolvimento, uma vez que estas já não têm o mesmo impacto que tiveram em anos anteriores. Já não se enuncia a eficácia da ajuda ao desenvolvimento, mas sim a eficácia do próprio desenvolvimento onde todas as instituições têm um papel importante a desempenhar, entre outros: atores estatais e não estatais, cooperação entre países com diferentes estádios de desenvolvimento, novas estratégias alternativas de ação, cooperação sul-sul e/ou cooperação triangular e novas formas de parcerias público-privadas.

* Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto e Centro de Estudos em Desenvolvimento Humano (CEDH) da Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica do Porto.

- 1 APD o conjunto de fluxos destinados aos países em desenvolvimento e a instituições multilaterais, provenientes de organismos públicos, incluindo o Estado e as autoridades locais ou as suas agências executoras, cuja operação responda aos seguintes critérios: (a) ter o objetivo primordial a promoção do desenvolvimento económico e do bem-estar dos países em desenvolvimento; (b) possuir um carácter concessional; e (c) compreender um elemento de doação de pelo menos 25 %. (Lapão, M, 2011 pp. 105, 106).
- 2 CD ou Cooperação Internacional afirma-se como um dever dos países, uns perante os outros, (...) quer na relação Estado a Estado, quer de forma multilateral, cooperar significa evitar que os países carenciados sofram uma dependência total do exterior, vivam numa marginalização face ao mundo de suficientes padrões de rendimento e consumo. (Rodrigues, L & Martins, J., 2011, p. 7).

Este artigo reflete sobre as formas de cooperação que Angola tem vindo a desenvolver, nomeadamente, a cooperação triangular³ que se tem estabelecido entre países de língua oficial portuguesa, no âmbito da alfabetização e, essencialmente, as novas parcerias público-privadas na área da educação aqui trabalhadas. São parcerias que procuram um efetivo retorno a nível social e, entre outras, uma melhor e eficaz resposta profissional e não propriamente a procura do lucro económico.

2. A Cooperação para o Desenvolvimento na área da Alfabetização em Angola

A Rede de Cooperação Sul-Sul entre os países de Língua Oficial Portuguesa sobre a Educação de Jovens e Adultos é uma das estratégias de desenvolvimento designadas de cooperação triangular que tem vindo a comparar formas tradicionais de parcerias com uma experiência inovadora de cooperação triangular norte-sul-sul, em rede, envolvendo Canárias (Região Autónoma de Espanha) Cabo Verde e Guiné-Bissau. Aliás, a própria rede defende ou tem como princípio

(...) um novo modelo de cooperação, que busca substituir modelos verticais, impositivos ou paternalistas, por processos horizontais e instrumentos de intercâmbio, apoio e cooperação que concretizem os princípios de soberania, da solidariedade e do respeito a diversidade. Caracteriza-se como uma cooperação a partir de necessidades, interesses, demandas e desejos dos países envolvidos, buscando soluções conjuntas para problemas compartilhados. (Varela, 2009, p. 2)

Esta rede criada em 2006 é um espaço de articulação intergovernamental que tem por objetivo apoiar as capacidades nacionais para atender as metas já estabelecidas nacionalmente e os compromissos internacionais, tais como: as metas da iniciativa Educação para Todos, os ODM, a Agenda para o futuro da declaração de Hamburgo e a Década das Nações Unidas para a Alfabetização. Nesta rede participam países como: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. A rede conta com o apoio da UNESCO. Os três objetivos específicos⁴ desta rede baseiam-se, essencialmente em: 1) Reafirmar a educação como um direito de todos, em todos os níveis e modalidades e em qualquer momento da vida e, assim compreender a educação de jovens e adultos como uma política pública de estado; 2) Incluir a educação de jovens e adultos entre as prioridades de desenvolvimento de uma cooperação Sul-Sul, no âmbito dos países de língua portuguesa; 3) Ampliar e fomentar comunidades de aprendizagem e de alargamento cultural, num grupo de nações que une duzentos e trinta milhões de pessoas que têm como idioma oficial o português.

A rede Cooperação Sul-Sul, desde a sua criação, realizou quatro oficinas: **I Oficina** em agosto de 2006 em Brasília sob os auspícios do governo brasileiro e da UNESCO;

3 Na literatura deparamo-nos, no geral, com alguma dificuldade em encontrar um consenso no que refere à uma definição do conceito cooperação triangular. Portanto, neste artigo consideramos que que cooperação triangular é uma parceria entre atores de três países: um doador maior, que oferece ajuda proveniente de um país desenvolvido; um segundo doador proveniente de um país de renda média, com um papel diferente em relação ao primeiro doador; e um parceiro receptor, neste caso de um país de menor nível de desenvolvimento relativo. Ou seja, a ação é realizada em parceria por dois países em benefício de um terceiro.

4 Florenço Mendes Varela (1 de dezembro, 2009).

II Oficina em fevereiro de 2008 em Salvador da Bahia com a representação de sete países membros da rede e representantes da UNESCO no Brasil; a **III Oficina** em outubro de 2009, realizada na cidade da Praia em Cabo Verde com a presença de representantes do Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, bem como representantes da rádio das ilhas das Canárias (Espanha) e da UNESCO do Brasil; a **IV Oficina** em outubro de 2010, na cidade de Maputo em Moçambique um evento organizado pelo Ministério da Educação com apoio da UNESCO, Development Workshop Internacional e Germany Technical Cooperation (GTZ), e por fim a **V Oficina** realizada, em julho de 2012, na cidade de Luanda em Angola. Este quinto encontro enquadrou-se no Marco de Ação de Belém, foi uma oportunidade para fazer o balanço da sua implementação e acabou por reconhecer que o exercício do direito à educação de jovens e adultos é condicionado por aspetos políticos, de governança, de financiamento, de participação, de inclusão, de equidade e de qualidade.

Angola à data da proclamação da independência nacional, a 11 de novembro de 1975, tinha uma taxa estimada de analfabetismo literal de 85 %⁵ no que refere à população economicamente ativa. O Conselho da Revolução, na altura, preocupado com os assuntos da educação, decretou a criação do Ministério da Educação e Cultura (decreto n.º 60/76 de 19 de Junho) contemplando na sua estrutura uma Direção Geral do Ensino que compreendia entre outros, o serviço de Alfabetização e Formação Permanente, com a competência institucional de implementar planos, programas e projetos com o objetivo de erradicar o analfabetismo. No ano seguinte, de 23 a 29 de outubro, em Luanda no Museu de História Natural, produziu-se uma resolução que orientava o governo a iniciar uma alargada Campanha Nacional de Alfabetização, em que se declarava a alfabetização como um ponto prioritário para o desenvolvimento político, económico e social. Desta feita, teve início a Campanha Nacional de Alfabetização proclamada pelo primeiro Presidente da República – o Dr. António Agostinho Neto. Foi então criada uma Comissão Nacional de Alfabetização – órgão deliberativo multisectorial, e o Centro Nacional de Alfabetização – estrutura



Angola. Luanda. Carolina Mendes, 2013.

executiva, com composição e representação análogas a nível nacional. Esta comissão com uma forte componente político partidária mobilizava milhares de colaboradores, quer em regime de exclusividade e/ou de voluntariado. Para além de contar com todos os departamentos do Ministério, contava com a Escola Nacional de Formação de Quadros para preparação técnica e metodológica dos alfabetizadores e dos metodólogos/supervisores do processo de ensino e aprendizagem.

Desde essa altura que o processo de alfabetização tem sido desenvolvido, maioritariamente, por parceiros sociais onde se destacam as igrejas, as organizações sociais e comunitárias, as FAA, as ONG e a OMA. Por consequência, tem tido uma plurali-

5 Plano Estratégico para Revitalização da Alfabetização 2012-2017.

dade de intervenções metodológicas, tais como: *Sim eu Posso* da cooperação cubana (Luanda, Benguela, Huambo e Bié), *Dom Bosco* da congregação dos salesianos da igreja católica (Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Cunene, K. Kubango, K. Norte, K. Sul, Luanda, L. Norte, L. Sul, Malange e Moxico), *Alfalit* da Alfalit Internacional (Huambo, Luanda, Kuanza Sul, Lunda Sul, Moxico e Bié), *Aplica* da associação angolana de educação de adultos (Luanda, Bengo e Kuanza Sul) *Gostar de Ler e Escrever* do Ministério da Educação, em todas as províncias. Neste processo o papel do Ministério da Educação é o de reitor, regulador, fiscalizador, metodólogo e certificador de conhecimentos. Em 2007, o Conselho de Ministros da República de Angola, através da resolução 9/07 de 28 de fevereiro, aprovou a **Estratégia de Relançamento da Alfabetização e a Recuperação Escolar** para o período 2006-2015 com o objetivo de se promoverem medidas e ações socioeducativas e elevar os níveis de escolarização geral dos jovens e adultos. No entanto, após uma avaliação à respetiva estratégia por parte da execução intermédia, evidenciou-se a necessidade de a adequar e atualizar aos processos de transformação e mudanças que conformam a vida política, social e económica do país. É de referir que, para o governo, esta estratégia é fundamental para o desenvolvimento económico-social do país na perspetiva da Educação para Todos à luz dos ODM, do quadro da ação de Dakar, da Década das Nações Unidas da Alfabetização e das resoluções da VI Conferência Mundial da Educação de Adultos.

Ao longo deste processo, com diversos parceiros a atuarem, diversas metodologias a serem usadas em diversas zonas geográficas, num país de enormes dimensões como Angola e com elevadas carências deste tipo de serviço, as principais condicionantes do Programa de Alfabetização, ainda hoje, continuam a ser: a insuficiência de verbas, essencialmente, para a impressão de manuais de alfabetização e de pós-alfabetização e outros materiais de apoio, os atrasos no pagamento de incentivos aos alfabetizadores o que provoca desmotivação nos próprios e, por fim, a falta de uma estrutura adequada às exigências da erradicação do analfabetismo e da funcionalidade da educação de adultos nas Direções Provinciais da Educação.

3. Angola na Rede Cooperação Sul-Sul e o seu Plano Estratégico para Revitalização da Alfabetização (2012-2017)

Perante tais constrangimentos, acima enunciados, assim como a necessidade que o país tem em cumprir os compromissos assumidos como membro da Rede Cooperação Sul-Sul, o governo considerou urgente acionar um conjunto de medidas e ações estratégicas que levassem à reversão do quadro atual do processo de alfabetização, entre outras, revitalizar o funcionamento da comissão nacional de alfabetização, desenascar uma vasta campanha de divulgação da alfabetização, adequar a orgânica dos governos provinciais, reforçar o sistema estatístico nacional, desenvolver a criação de uma base de dados para a alfabetização, capacitar os alfabetizadores, formar um corpo de supervisores e sensibilizar

(...) as empresas públicas e privadas que no seu seio tenham trabalhadores analfabetos ou sub-escolarizados no sentido de providenciarem condições humanas e técnicas necessárias para aumentar, nos respetivos locais de trabalho, os níveis de

escolarização dos seus trabalhadores, ficando o MED com a responsabilidade de acompanhamento, apoio técnico e metodológico. As referidas empresas obrigam-se a encontrar incentivos internos para os alfabetizadores. (Ministério da Educação, 2012, p. 114).

O caso sobre o qual recai a presente investigação é relativo a **uma destas empresas** que aceitou o desafio lançado pelo Estado angolano e sobre o qual se apresentam as primeiras reflexões e impactos internos no que refere à escolarização dos respetivos colaboradores.

O documento de âmbito nacional que baliza tais intentos, que aponta as metas a alcançar e que descreve as responsabilidades partilhadas neste âmbito é o Plano Estratégico para a Revitalização da Alfabetização (2012-2017). Um documento norteador das políticas públicas do processo de alfabetização para os próximos anos, um instrumento operacional e programático da alfabetização que “(...) por si só, não esgota estruturalmente as soluções para a erradicação do analfabetismo” (Ministério da Educação, 2012, p. 117), mas trata-se de um documento concretizado em concertação intersectorial numa dinâmica amplamente participativa, inclusiva e que enquadra as metas previstas na Agenda de Angola 2025.

O referido documento foi apresentado na V Oficina de Cooperação Sul-Sul em Luanda, como uma das estratégias que poderá resolver constrangimentos, essencialmente ao nível de captação de recursos, para além dos disponibilizados pelo Orçamento do Estado, e que funcionará como um incentivo ao envolvimento das empresas públicas e privadas e à cooperação multisectorial.

Este documento estratégico tem como objetivos gerais: redinamizar o processo de alfabetização, elevar os níveis educativos de jovens e adultos, permitir um maior envolvimento e responsabilização dos parceiros sociais. Como objetivos específicos pretende: reduzir os índices atuais de analfabetismo literal e funcional, integrar este processo de alfabetização em todos os programas de desenvolvimento rural integrado, contribuir para o combate da fome e da pobreza, melhorar a produção e a produtividade nos diferentes sectores da vida nacional e contribuir para a promoção e formação de valores éticos, morais e cívicos. Como resultados, este plano estratégico pretende:

- a) *Alcançar em 2017 uma meta de alfabetização de 85,6 %, o que corresponde alfabetizar cerca de 10.000.000 adultos, uma média anual de 514 029 adultos. Assim a taxa de analfabetismo em 2017 será residual no valor de 14,4 %;*
- b) *Redução significativa da taxa de analfabetismo no seio das mulheres e jovens;*
- c) *Alcance dos objetivos e metas definidos pelos ODM;*
- d) *Melhoria dos índices de desenvolvimentos humano, com particular incidência no combate à fome e à pobreza, promoção dos direitos humanos;*
- e) *Melhor participação dos cidadãos na vida política, económica e social do país;*
- f) *Maior mobilização e envolvimento da sociedade em torno do programa de alfabetização, como desígnio nacional no processo de crescimento e desenvolvimento do país* (Ministério da Educação de Angola – Reforma Educativa, 2012, p. 15).

4. O Programa de Alfabetização e Aceleração Escolar (PAAE) na Empresa⁶



Angola. Luanda. Carolina Mendes, 2013.

O PAAE na *Empresa* foi criado em outubro de 2011 com o objetivo de, a curto prazo, alfabetizar todo o quadro de trabalhadores do grupo, analfabetos ou sub-escolarizados. Sendo uma empresa privada classifica-se, neste processo, como membro da rede de parceiros da iniciativa privada mencionados nas metas e objetivos do *Plano Estratégico para a Revitalização da Alfabetização (2012-2017)* do Ministério da Educação de Angola. Tem por objetivo geral reduzir os índices de analfabetismo literal e funcional dos trabalhadores do

grupo de empresas ao qual pertence e apresenta-se já com resultados pois foram inscritos 172 trabalhadores desde a sua implementação até ao momento (Maio 2013).

É um programa com abrangência a nível nacional, mas com critérios específicos de atuação, nomeadamente, prioriza áreas geográficas onde o grupo possui empreitadas e que segundo o MED constituem prioridade para acionar o PAAE. Em articulação com os representantes locais do MED prioriza a seleção de alfabetizadores locais, próprios das comunidades atendidas, mas sempre inseridos na rede oficial de alfabetizadores do MED. À *Empresa* é atribuída autonomia para desenvolver as metodologias que julgue melhor adequadas ao desenvolvimento dos módulos de alfabetização, assim sendo, as metodologias que têm vindo a ser utilizadas são as seguintes: Dom Bosco (Salesianos), Sim Eu Posso (Método Cubano) e Gostar de Ler e Escrever (MED). Mas este trabalho é realizado em cooperação com organizações externas que surgem no âmbito da dinamização das boas práticas nesta área e sobretudo na criação de uma plataforma de discussão em torno da geração de ferramentas e recursos didático-pedagógicos. Entre outras instituições, a FormPRO⁷ (Programa Formação Profissional para o Mercado de Trabalho) e a GIZ⁸ (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit). A *Empresa* prioriza um *sistema dual de aprendizagem*⁹ ao longo da vida, o que permite a consolidação de um plano de qualificação pessoal, a nível escolar e profissional para cada trabalhador, através da aceleração escolar e pretende contribuir para a qualidade da oferta da alfabetização e educação de adultos. Por fim, a monitorização e avaliação

6 *Empresa* será o nome atribuído daqui em diante, neste artigo, ao Centro de Formação Profissional – Conduril Academy que pertence ao grupo de empresas Conduril que atua há mais de vinte anos em Angola na área da construção civil.

7 O *FormPRO* é um projeto bilateral entre Angola e a Alemanha. A parte angolana é representada pelo Ministério de Administração Pública, Emprego e Segurança Social (MAPESS) com o Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP); do lado alemão, o Ministério Federal da Cooperação Económica e do Desenvolvimento (BMZ) incumbiu a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) da implementação do projeto.

8 A GIZ é a organização que representa a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento Sustentável da República Federal alemã.

9 *Sistema dual de aprendizagem* – consiste na dualidade entre a qualificação teórica e a prática em contexto de trabalho. A característica e o objetivo principal do sistema dual é conjugar conhecimentos teóricos com competências adquiridas no posto de trabalho (learning by doing). Os conhecimentos adquiridos em sala de aula são cimentados e testados permanentemente na prática.

desta iniciativa é estabelecida em articulação com o MED de acordo com as orientações/diretrizes a nível mais macro, assim como, de acordo com os contratos estabelecidos localmente.

O PAAE desenvolvido pela *Empresa* está estabelecido em seis províncias, sendo elas: Zaire, Malange, Moxico, Benguela, Huila e Cuando Cubango. A mesma iniciativa está em fase de ativação nas províncias do Namibe, Bengo, Kwanza Sul de forma a estar operacional até ao final de 2013¹⁰.

No sentido de concretizar esta iniciativa com sucesso e garantir uma alfabetização efetiva, a *Empresa*, segundo a sua resenha, aposta na: 1) na capacitação de formadores/supervisores; 2) na capacitação institucional, não só para assegurar o planeamento, a gestão e o controlo de qualidade do PAAE, mas também, permitir o intercâmbio de boas práticas, capacidade de pesquisa e avaliação; 3) aposta na promoção de um ambiente de alfabetização rico e dinâmico, nomeadamente: na criação ou adaptação de materiais pedagógicos à diversidade linguística de cada província ou à diversidade de ambientes de alfabetização, na criação de um ambiente letrado através de bibliotecas itinerantes – uma biblioteca em cada polo de desenvolvimento, localizado em cada estaleiro e aberto aos funcionários com um regime de empréstimo de livros; 4) e tem uma equipa a trabalhar, diariamente nesta área, que desenvolve o planeamento da monitorização e a respetiva avaliação do programa sempre articulada com o MED. Pensando na sustentabilidade do próprio programa a *Empresa* (...) *comprometeu-se a construir para as comunidades locais onde trabalha um espaço¹¹ de aprendizagem que será oferecido às autoridades locais para que a curto prazo possam também elas desenvolver de uma forma digna a luta contra o analfabetismo e o atraso escolar* (...) (Conduril Academy, 2013, p. 4).

Este programa na *Empresa* propõe-se a superar os seguintes desafios: 1) erradicar definitivamente o analfabetismo no quadro de trabalhadores da empresa e expandir o mesmo a outras províncias a nível nacional, onde o grupo de empresas opere; 2) continuar a cultivar a parceria público-privada com o Ministério da Educação de Angola e os seus representantes locais; 3) desenvolver um padrão de práticas de alfabetização que conduzam à aprendizagem efetiva, mas sempre com a preocupação de contextualização aos diferentes públicos e ambientes de aprendizagem; 4) contribuir para a qualidade da oferta da alfabetização e educação de adultos em Angola; 5) Investir continuamente no desenvolvimento de uma plataforma humana, logística e financeira para aprendizagem ao longo da vida dos seus e que promova, pelo menos, a progressão do trabalhador/alfabetizando até ao nível de escolaridade obrigatório – sexta classe do ensino básico.

5. Metodologia

Os dados que neste artigo são analisados foram recolhidos numa visita de campo, em Maio de 2013, por parte da investigadora realizada a Angola. Em primeiro lugar, aos estaleiros de Benguela onde a *Empresa* tem a sua sede e instalações centrais e,

¹⁰ Programa de Alfabetização e Aceleração Escolar da Conduril Academy – Breve Resenha do Programa (2013).

¹¹ De salientar que o projeto de arquitetura, de autoria angolana, foi qualificado para a fase final do *Festival Mundial de Arquitetura 2012* que decorreu em Singapura.

em segundo lugar, ao estaleiro da Huíla onde decorria uma obra pública de grande dimensão. A visita teve como propósito a recolha de dados que viriam a contribuir para uma investigação de maior dimensão e abrangência sobre a atuação deste setor na área da alfabetização.

Assim sendo, recorreu-se a inquéritos por questionário, devidamente validados por peritos em educação pertencentes ao Centro de Formação Profissional e por formandos não abrangidos pela amostra. Os questionários foram submetidos aos formandos participantes para o devido preenchimento, mas sempre com acompanhamento, ou seja, alguém que conhecia o questionário, que o lia e que estava em condições de esclarecer alguma dúvida que surgisse aquando o seu preenchimento. Também foram realizadas e gravadas em sistema áudio entrevistas à responsável pedagógica da *Empresa*, a alfabetizadores e às entidades governamentais nacionais e locais. Por último, foram recolhidas notas de campo resultantes da observação participante, assim como, a recolha de documentos para futura análise documental.

Para este estudo, foram apenas selecionados e tratados quantitativa e qualitativamente os respetivos questionários a alfabetizandos, sempre com o intuito de 1) saber quem são estas pessoas a ser alfabetizadas, 2) compreender as suas opiniões e expectativas em relação à alfabetização que frequentam e 3) registar as alterações da sua vida pessoal e profissional que, no entender dos inquiridos, são o resultado da alfabetização que frequentam. A informação recolhida contribuiu assim, para a formulação dos primeiros impactos desta iniciativa, pioneira dentro da empresa, assim como, na vida dos alfabetizandos. Para tal, recorreu-se a uma abordagem interpretativa/qualitativa, uma vez que se pretendia perceber posturas e opiniões repletas pela subjetividade que lhe é característica.

O público-alvo a ser analisado era constituído por 85 alfabetizandos distribuídos da seguinte forma:

Tabela 1: População de alfabetizandos da Empresa

Província	Turmas e Módulos	Inscritos	Efetivos
Benguela	3 Turmas (1-Mod I; 2-Mod II)	30	24
Zaire	2 Turmas (2-Mod I)	32	28
Huíla	1 Turma (1-Mod I)	15	11
Cuando-Cubango	1 Turma (1-Mod I)	18	13
Moxico (Cazombo)	2 Turmas (2-Mod I)	35	9
			TOTAL = 85

A amostra ficou restrita a 27 formandos pertencentes às províncias de Benguela e Huíla. A seleção recaiu nestas duas províncias por duas razões. Em primeiro lugar, optou-se por escolher Benguela que é o segundo maior ponto de formação e incluir a visita à sede da *Empresa* o que permitiu ter um maior contato direto com as pes-

soas que trabalham neste projeto, recolher um maior número de documentos e de informações sobre a conceção e desenvolvimento desta iniciativa. Em segundo lugar, visitar na província de Huíla, uma turma de alfabetização recentemente formada. Assim sendo, constituiu-se uma *amostragem opinática*, uma vez que a investigadora selecionou “(...) os sujeitos em função de um critério estratégico pessoal – os sujeitos que possuem um conhecimento mais profundo do problema a estudar, os que são mais facilmente abordáveis (para poupar recursos humanos e materiais) (...)” (Aires, 2011, p. 23) e ultrapassar as dificuldades sentidas na deslocação da investigadora a todos os polos de desenvolvimento da *Empresa*.

6. Apresentação, interpretação e discussão dos resultados

Foram então inquiridos por questionário vinte e sete alfabetizandos que frequentam o PAAE da Empresa, todos eles são funcionários do grupo de empresas e de nacionalidade angolana. A sua idade varia entre os 24 e os 58 anos, tendo uma média de 30,70 e um desvio-padrão de 10,30. Desses participantes 22 (81,5 %) são do sexo masculino e 5 (18,5 %) são do sexo feminino (Mo=5). Foram questionados 17 (63 %) alfabetizandos que viviam em Benguela e 10 (37 %) que viviam na Huíla (Mo=9). Dos referidos 27 participantes, 6 (22,2 %) são solteiros, 19 (70,4 %) são casados ou vivem em união de fato e 2 (7,4 %) são viúvos (Mo=12). Todos os participantes inquiridos têm descendentes, 13 (48,1 %) tem quatro ou menos filhos e 14 (51,9 %) tem mais de cinco filhos (Mdn=21).

As habilitações literárias dos vinte e sete participantes que responderam ao questionário (1 respondente não deu qualquer informação) 23 indivíduos (88,5 %) não possuem a quarta classe completa e 3 (11,5 %) possuem habilitações que se encontram entre a quarta e sexta classe (Mdn=15). Os participantes, no geral, não frequentaram a escola durante mais tempo por motivos que se prendem à guerra ou ao serviço militar que eram obrigados a frequentar. Outras razões, embora referenciadas em menor número, são apresentadas, tais como: não ter meios financeiros para frequentar a escola, morte da mãe, medo por parte dos pais em perder o seu filho se o mandassem à escola, ou numa idade mais avançada, devido ao casamento que não lhes deixava tempo para frequentar a escola.

As áreas profissionais que se destacam são pedreiro com 11 (40,7 %) participantes, ferreiro/ferrageiro com 3 (11,1 %) participantes e com 3 (11,1 %) mulheres da limpeza. Em número inferior aparecem áreas profissionais como: segurança com 2 (7,4 %) participantes, manobrador com 2 (7,4 %), com 2 (7,4 %) cozinheiras, com 1 (3,7 %) participante carpinteiro, com 1 (3,7 %) participante mecânico, com 1 (3,7 %) pintor e com 1 (3,7 %) motorista. Nesta amostra 23 (85,2 %) dos inquiridos dizem ter até dez anos de experiência na sua área profissional, 2 (7,4 %) de 11 a 20 anos de experiência e 1 (3,7 %) indivíduo diz ter vinte e um ou mais anos de experiência na sua área profissional (Mdn=33).

Dos vinte e sete inquiridos 19 (70,4 %) tem até cinco anos de trabalho na empresa e 8 (29,6 %) têm de 6 a 10 anos de trabalho na empresa (Mdn=36). De toda a amostra 7 (25,9 %) participantes dizem ter outro trabalho, para além do que possuem na empresa,

em áreas como: pedreiro, segurança, mecânico, agricultor e outros “biscates”¹² quer por conta própria quer por conta de outrem e 20 (74,1 %) afirmam que não (Mo=40) tem outro emprego, para além do que possuem na *Empresa*.

A maioria dos alfabetizandos afirma que teve conhecimento desta formação pela própria empresa, que em tempos fez divulgação/sensibilização, e apenas um participante diz que teve conhecimento pelo colega de trabalho.

Quanto à alfabetização os participantes de Huíla frequentam o módulo I e os de Benguela frequentam o módulo II. Dos vinte e sete inquiridos 4 (14,8 %) dizem que têm família a frequentar esta mesma formação e 23 (85,2 %) afirmam que não (Mo=42). Os que respondem sim, a maioria refere-se à alfabetização que acontece em outros lugares, como na catequese ou na escola pública. Apenas um inquirido refere-se especificamente à alfabetização da empresa pois tem um primo a trabalhar consigo. Todos os participantes referem que nunca trabalharam numa empresa que desenvolvesse alfabetização.

Ao perguntar aos participantes sobre o que acha **que é bom** no programa de alfabetização, a maioria afirma que é: *ganhar mais conhecimentos, aprender mais* (EC1, EC2, EC3, EC7, EC10, EC11, EC12, U2, U3, U5, H7, H8, H9); *que a professora ensina bem* (EC9, U1); *a atenção da professora aos alunos* (EC6); *tudo é bom, a educação que estão a dar* (EC8, H1, H2, H3, H4, H5, H6) e por fim, *o apoio que a empresa dá* (EC5) aos participantes.

No que refere à questão de **poder melhorar algo na alfabetização**, a maioria dos participantes diz que *está tudo bom* (EC9, EC11, U1, H7, H8); outros referem que *se deveria pôr os alunos a ler mais* (EC6, H2, H9), e *alguns não têm sugestões* (EC7, U3, H2, H3, H5). Com o mesmo número de referências, surgem respostas como: *as professoras deveriam explicar melhor para que os alunos não regressassem a casa com dúvidas* (EC10); *dois professores juntos explicariam melhor* (EC12); *o transporte para casa é muito tarde* (EC5); *ter mais tempo para realizar as tarefas de casa e assim melhorar os resultados* (EC4) e *ter mais trabalhos práticos* (U5). Com duas referências surgem respostas como: *que a professora chegue a horas* (H3, H6); melhorar ou *“Apertar mais na Língua Portuguesa”* (EC2, H10) e *dar continuidade à formação* (EC8, U2).

As **maiores dificuldades** que os participantes apontam ao desenvolver o programa, indicadas aqui de maior referência para menor referência, respetivamente, incidem nos seguintes tópicos: *língua portuguesa-caligrafia/escrita* (EC5, EC7, EC8, EC10, U3, U5, H8, H10) e *matemática* (EC5, EC7, EC11, EC12, U1, H9). Com um número significativo de referências aparece a resposta de *nenhuma dificuldade* (EC9, H1, H2, H3, H4, H5, H6). Por fim são referenciadas as seguintes dificuldades: *não poder praticar em casa* (U2); *escrever o nome dos outros* (H7) e *ir ao quadro quando a professora pede* (U4).

Ao serem questionados sobre a **utilidade da alfabetização** nas suas vidas, todos os participantes inquiridos dizem que a formação é útil e as razões são várias: é importante estudar (H5); *abrir mais a mente* (EC2); *ganhar conhecimento, aprender mais* (EC1, EC5, EC8, EC11, U1, U2, H2, H6, H7, H9); *conhecer o corpo humano, as ciências* (EC2) *aprender a escrever e ler* (EC7, EC9, U4, H1, H2, H3, H4); *ler e assinar o nome* (EC7, EC12, U3, H8) *ler as cartas* (H10), *assinar e tratar de documentos* (EC6, EC10); *dá*

12 Pequeno serviço extra, remunerado, que se faz para além do trabalho habitual.

a possibilidade de voltar a estudar (EC3); “ajuda-me a desenvolver como Homem” (EC6); permite resolver problemas de família (EC10); passar a ser um pai/mãe que não é analfabeto, “tenho filhos e não é bom o pai ser analfabeto” (EC3); ajudar nas tarefas de casa dos filhos (U5); trabalhar com o computador (EC10).

Para perceber os primeiros impactos que esta alfabetização **está a ter na vida dos alfabetizandos**, colocou-se a questão: o que é que agora já sabe fazer na sua vida que antes não conseguia? Por ordem de maior para menor número de referências, aparecem as seguintes razões: *assinar o nome* (EC9, U5, H1, H3, H5, H6); *tratar dos documentos do banco* (U4, H4, H5); *ler e escrever* (U1, U2, H2); *ajudar os filhos* (EC12, H9, H10) *ou os vizinhos nas tarefas de casa* (H9); *assinar o recibo* (H4); *escrever o nome dos filhos* (U3); *ler e escrever cartas à namorada ou família* (EC10, H10); *ler a bíblia na igreja* (EC10); *ler o jornal* (EC11); *abrir um livro e ler* (H8); *levantar dinheiro no Multicaixa* (EC3); *ter conhecimento de coisas que não sabia* (EC8); *fazer contas, posso montar um negócio, cantina por exemplo* (H7); *se arranjar um novo emprego posso apontar os materiais* (H7).

Para perceber os primeiros impactos que esta alfabetização **está a ter na vida profissional** dos alfabetizandos, colocou-se a questão: o que é que agora já pode e sabe fazer no seu trabalho que antes da alfabetização não podia ou sabia? Por ordem de maior referência para menor, os participantes responderam que já conseguem: *controlar as cargas da central, a parte diária e avarias* (EC3, EC10, EC11); *ler os produtos e decidir se tem de usar luvas ou não* (U4, U5, H10); *fazer as contas de medidas* (EC7, H2, H9); *escrever os nomes dos colegas* (H4, H7); *apontar o material necessário* (H7, H9); *ler as receitas para cozinhar* (U1, U5); *perceber melhor o que faz* (EC1, EC6), por exemplo, *agora conhece os milímetros e os centímetros, pois só conhecia os centímetros da fita* (EC1); *entender as letras* (H5); *ler os rótulos das embalagens* (EC8), *ler os recibos* (EC12); *ler os produtos para usar na lavandaria* (U2); *controlar as latas e ver se são de tinta ou diluente* (H10); *ler na loja os produtos que estão ou não caducados* (U4); *ler as quantidades* (H9); ter melhores relações com o chefe: *“saber entender as coisas. O chefe de equipa e a relação com ele, de respeito”* (EC2) e *saber trabalhar com máquinas* (EC8).

No sentido de perceber quais as expectativas que os participantes têm em **relação ao futuro depois** de terem frequentado a alfabetização, a maioria dos participantes respondeu: *continuar a estudar* (EC2, EC3, EC5, EC6, EC7, EC8, EC9, U3, U4, U5, H1, H3, H4, H5, H6). Com menor referência, alguns responderam *continuar a estudar ensino público* (U2); *continuar estudar e nunca mais tomar conta dos bois, assim como os meus filhos* (H8); *“Espero encontrar um melhor trabalho, um trabalho mais leve para mim”* (EC10); *“continuar no meu trabalho”* (H2); *“encontrar outro emprego melhor que pintor, pois ainda sou jovem”* (H10). Por fim, outros responderam *não ter planos* (U1).



Angola. Luanda. Carolina Mendes, 2013.

É de referir que a expectativa de quem frequenta as aulas enquadra-se sempre numa ideia de ter um futuro melhor, diferente e que contribua para “*Não ficar mais baixo*” (EC3), que consiga concretizar alguns desejos, por exemplo: “*Se a vida deixasse gostaria de ser professor de um módulo*” (EC11); “*Eu gosto muito de música e agora que sei ler e escrever vai ajudar-me a aprender música, as pautas e as letras*” (EC12); “*gostava de ser professor ou polícia*” (H9); “*gostava de seguir os estudos e seguir advocacia*” (H1) ou “*gostaria de ser professor ou administrador na área do meu trabalho*” (H7).

Por fim, os participantes foram questionados sobre se já tinham recomendado esta formação a alguém, e dos vinte e sete participantes inquiridos 22 (81,5 %) diz que sim e apenas 5 (18,5 %) diz que não recomendou (Mo=45).

7. Considerações finais

Este estudo, focalizado nos alfabetizandos do PAAE desenvolvido pela Empresa, aponta algumas considerações que contribuirão, num primeiro momento, para perceber 1) quem são as pessoas que a iniciativa alfabetiza, pessoalmente e profissionalmente, 2) as suas opiniões sobre a formação e 3) as expectativas que possuem em relação aos resultados que a alfabetização tem e/ou que possa vir a ter na sua vida.

1) As pessoas que frequentam a alfabetização encontram-se na vida ativa plena, com uma média de trinta anos de idade. A maioria dos formandos é casada e possui uma família alargada no geral, composta por aproximadamente cinco filhos.

No que refere a habilitações literárias, a maioria não tem a quarta classe completa, isto porque, tiveram que deixar a escola mais cedo devido à guerra ou, no caso dos homens, devido ao serviço militar. As profissões que se destacam são a de pedreiro e ferreiro em indivíduos que possuem até dez anos de experiência na área profissional. Em contrapartida, estes possuem apenas até cinco anos de experiência na empresa. Este facto deve-se a que uma parte significativa dos inquiridos está afeto a uma obra pública de grande dimensão na Huíla, em fase inicial de desenvolvimento, logo uma parte dos trabalhadores não tinha grande experiência dentro da empresa, pois tinham sido recentemente contratados localmente para aquela obra específica.

2) As opiniões sobre a formação, segundo os participantes, **o que é bom na formação** é poder aprender mais, ler, desenvolver a caligrafia, ter mais conhecimentos, a motivação e o apoio que os próprios formandos recebem quer por parte da professora, quer por parte da empresa.

No que refere ao **que poderia melhorar na formação**- a maioria dos participantes diz que não há nada para alterar, no entanto, outros referem que os alunos deveriam ler mais e ter mais trabalhos práticos, que as professoras deveriam explicar melhor e chegar a horas, que o transporte cedido pela empresa deveria ser mais cedo, ter talvez dois professores a ensinar e que a alfabetização deveria continuar.

No que refere a **dificuldades**, uma parte significativa de alfabetizandos refere não ter dificuldades, não obstante, as dificuldades apontadas pelos alfabetizandos são, por um lado, a nível da língua portuguesa, a caligrafia/escrita e expressão oral, por outro lado, questões relacionadas com a matemática, por exemplo, a vergonha que sentem em ir ao quadro ou não ter tempo para trabalhar em casa.

Apesar das dificuldades, todos os participantes reconhecem a utilidade da alfabetização nas suas vidas, pois permite-lhes ter uma visão mais alargada do mundo, mais conhecimento, aprender a escrever e ler o que lhes permite assinar o próprio nome, assinar os recibos dos ordenados, ler as cartas e, entre outros, ser um pai/mãe não analfabeto o que lhes permite ajudar nas tarefas de casa, resolver problemas de família, para além de lhes dar a possibilidade de voltar a estudar e desenvolver-se como Homem, ou seja, alguém reconhecido na sua comunidade e na sociedade em geral.

3) **Os resultados da alfabetização**, segundo os participantes, manifestam-se ao **nível pessoal**, uma vez que depois de frequentar a alfabetização agora, já conseguem assinar o nome e tratar de documentos importantes como cheques e recibos; ler e escrever autonomamente, por exemplo, escrever cartas à namorada ou família, ler a bíblia, o jornal, um livro; ajudar os filhos ou os vizinhos nas tarefas de casa; levantar dinheiro no Multicaixa; ter conhecimento de coisas que não sabia; fazer contas; poder montar um negócio, por exemplo, ou arranjar um novo emprego. Evidencia-se, portanto, que alfabetização contribui para o desenvolvimento de cidadãos mais ativos, melhor preparados para participar civicamente e educar a futura geração.

No que refere ao **nível profissional** agora os colaboradores são capazes de: escrever os nomes dos colegas, o material necessário no seu trabalho, entender e escrever a parte diária, controlar as cargas e avarias; ler os rótulos das embalagens, os recibos, as receitas para cozinhar, os produtos para usar na lavandaria; medir de forma autónoma, trabalhar com máquinas, perceber melhor o que faz e, não obstante, segundo as próprias palavras escritas pelos alfabetizandos, permite desenvolver melhores relações com o chefe, ou seja relações de respeito. Assim se evidencia como a alfabetização contribui para que os colaboradores tenham melhores desempenhos dentro da empresa, melhores relações profissionais o que contribui para melhores resultados.

As expectativas dos alfabetizandos para o futuro, depois de ter terminado o programa de alfabetização, segundo a maioria dos participantes centram-se, essencialmente, em poder continuar a estudar, assim como os seus filhos. Uns referem continuar com o seu trabalho, outros pretendem encontrar um trabalho melhor, mais leve. Anseiam por um futuro melhor que lhes permita *não ficar mais baixo*, e que consigam concretizar alguns desejos, tais como: ser professor de um módulo; aprender música; ser professor ou polícia, continuar os estudos ou, por exemplo, seguir advocacia. A alfabetização possibilita assim que os colaboradores tenham maiores expectativas no que refere ao futuro, maior autoestima, que desenvolvam não só competências empreendedoras como também uma atitude positiva perante a vida.

Poder-se-á considerar, neste estudo, que este tipo de estratégias para o desenvolvimento – **parcerias público privadas com fins sociais**, apresentam vantagens efetivas para ambas as partes, tanto para o Governo como para a empresa. Por um lado, contribuem para a concretização das metas educacionais e sociais ao **nível nacional**, nomeadamente, para o alcance das metas de alfabetização até 2017 (85,6 %), na redução significativa da taxa de analfabetismo no seio das mulheres e jovens, assim como, melhor participação dos cidadãos na vida política, económica e social do país. Por consequência, este tipo de parceria contribui igualmente para as metas sociais que o país se comprometeu a desenvolver a **nível internacional**, nomeadamente, o alcance dos objetivos e metas definidas pelos ODM, melhoria dos índices de desenvolvimento humano, em particular com incidência no combate à fome e à pobreza e promoção

dos direitos humanos. Isto porque, como foi enunciado, estes formandos acabam por ter a oportunidade, por vezes única, de frequentar a alfabetização em locais mais recônditos do país, de forma grátis, integrada no seu local de trabalho e com as condições mínimas exigidas, abrangendo homens, jovens, mulheres, desde que sejam colaboradores, o que possibilita um maior número de cidadãos a ter acesso à escolarização e que de outra forma não teriam acesso. Esta estratégia permite também um aumento do número de alunos que a frequenta enriquecendo, não só as estatísticas nacionais, mas contribuindo para um efetivo desenvolvimento local, pois havendo cidadãos instruídos há também cidadãos mais ativos, que procuram melhores condições de vida, que geram emprego e que apostam na educação da geração futura ao saber instruí-la. Por outro lado, esta iniciativa de cooperação acaba também por trazer vantagens ao **nível da empresa** pois os seus funcionários para além de conseguirem uma maior autoestima, obtêm melhores desempenhos na função que exercem diariamente no seu local de trabalho e as relações “colaborador-chefe” melhoram significativamente. Assim para a *Empresa* estes são ganhos internos que, a médio e a longo prazo, poderão ser mais rentáveis do que a procura do lucro desenfreado direto.

8. Recomendações e limitações

Considerando que a maioria dos participantes teve conhecimento da alfabetização por via da sensibilização que própria empresa realizou, é de sublinhar e recomendar uma outra estratégia de publicitação da iniciativa que poderá ter sucesso – *recomendação pessoal*, onde o alfabetizando enuncia a iniciativa dando o exemplo da sua própria experiência. Isto porque, neste estudo, a maioria dos inquiridos refere ter recomendado a formação a alguém.

Este estudo, focalizado apenas nos alfabetizandos, acaba por ser limitado no que toca a informação tratada e conclusões retiradas. No entanto, este poderá ser o primeiro passo de uma longa caminhada a ser interpretada com base nos restantes dados recolhidos, com maior número de participantes, num âmbito mais alargado, realizando a triangulação de instrumentos, informação e participantes tendo por objetivo: dar maior consistência, validade e fiabilidade à presente investigação.

9. Referências bibliográficas

- Aires, L. (2011), *Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Baptista, D. (2012), A governação Global da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. In *Seminário Pós-Graduação em Relações Internacionais 12 a 13 de Julho de 2012*, (n.p.). Painel Avulso. GOIS – Governança e Instituições Internacionais. Brasília: Centro Universitário Uninter. Retirado de http://www.seminariopos2012.abri.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=799.
- Conduril Academy (2013), *Programa de Alfabetização e Aceleração Escolar da Conduril Academy-Breve Resenha do Programa*. Benguela: Angola.

Lapão, M. ONGD-Identidade, intervenção e mecanismos de auto-regulação: uma reflexão da equipa da ACEP. In ACEP e outros (2011), *Portugal Africa: melhor cooperação, melhor desenvolvimento*. pp. 105-106, Lisboa, Portugal.

Ministério da Educação de Angola-Reforma Educativa (2012), *Plano Estratégico para revitalização da alfabetização 2012-2017*. Angola: Luanda.

Ministério da Educação de Angola (2005), *Estratégia de Alfabetização e Recuperação do Atraso Escolar, 2006-2015*. Angola: Luanda.

Rodrigues, L. & Martins, J. (org.) (2011), *Manual de cooperação para o desenvolvimento*. INA Editora. Oeiras, Portugal.

Varela, F. (2009), *Cooperação em redes e parcerias internacionais Inovadoras em matéria de educação e aprendizagem de pessoas adultas*. Brasil: Belém.

